Inconstitucionalidade do salário mínimo

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
David Walisson Moreira Da Silva
Renato Horta Rezende
Thiago Ribeiro De Carvalho
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor
Letícia Almeida Da Silva Freire

Categoria do Trabalho

5

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O aumento do salário mínimo para R$ 1.320 em 2023 ainda está longe do ideal, pelo menos, essa é a conclusão de cálculos da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que levou em consideração o valor necessário para atender às necessidades de uma família de quatro pessoas. Segundo a pesquisa, seria necessário um salário mínimo de R$ 6.571,52. O valor corresponde a quase cinco vezes o reajuste proposto pelo governo federal, que elevou o salário mínimo a R$ 1.320. A pesquisa, que é realizada mensalmente, usa o valor da cesta básica em 17 capitais brasileiras para considerar qual é o rendimento mínimo necessário para que um trabalhador e sua família consigam suprir as despesas do mês com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Objetivo

A pesquisa visa demonstrar que o salário mínimo brasileiro não está de acordo com o que é descrito em nossa carta magma de 1988. Com isso pode se desenvolver muitas dificuldades para o trabalhador e sua família, como a falta de alimento adequado, moradia, higiene, segurança, lazer, entre várias outras necessidades humana, trazendo, até mesmo, um dano à saúde pública.

Material e Métodos

Inicialmente a pesquisa foi realizada a partir de abordagens através das descrições detalhadas de artigos em jornais acerca da temática, consideração as diretrizes presentes na Constituição Federal. Com isso intuito de se compreender esses elementos em seus próprios termos. Foi realizada a coleta dos materiais a serem utilizados como registros, deste modo, realizou-se uma análise correlaciona com as variáveis do estudo relacionando-as.

Resultados e Discussão

O salário mínimo nada mais é que o valor base que deve ser concedido aos cidadãos brasileiros. Em tese, a

quantia repassada mensalmente aos trabalhadores, aposentados, pensionistas e demais beneficiários, não pode ser inferior ao piso nacional vigente. Conforme prevê a C.F., este valor base deve ser reajustado anualmente, acompanhando devidamente os avanços da inflação. A medida de correção é utilizada para evitar a perda do poder de compra da população, determinando que à medida que o preço dos produtos e serviços sobem, o salário deve crescer também, pelo menos, de forma proporcional aos aumentos. Contudo, é preciso entender que os reajustes anuais consideram apenas alguns referenciais para definir o valor do piso. Em contrapartida, outras pesquisas levam em conta outros fatores, tais como saúde, alimentação, educação e moradia. Tais estudos indicam que piso nacional deveria ser exorbitantemente maior que os atuais.

Conclusão

Levando em consideração o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% da Previdência Social, percebe-se que, o trabalhador compromete, em média, 58,57% do seu salário apenas para a alimentação, de acordo com o Dieese. Pela Constituição Federal, a remuneração ainda deveria cobrir as despesas básicas referentes à moradia, higiene, educação, vestuário, transporte e lazer, ou seja, o salário mínimo vigente está com um defect. muito grande.

Referências

https://valorinveste.globo.com/objetivo/gastar-bem/noticia/2023/08/04/salario-minimo-ideal-deveria-ser-de-r-r-652893-diz-dieese.ghtml

https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html

https://www.cnnbrasil.com.br/economia/salario-minimo-ideal-para-uma-familia-deveria-ser-r-6-38855-calcula-dieese/

https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-12/agencia-brasil-explica-como-e-calculado-o-salario-minimo